



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

O SERVIÇO SOCIAL TRANSPONDO FRONTEIRAS: UM ESTUDO APROXIMATIVO ACERCA DO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Suênya Thatiane Souza de Almeida¹
Maria Irene de Carvalho²

Resumo: O Serviço Social no Brasil e em Portugal tem sua atuação voltada ao atendimento dos interesses de segmentos sociais antagônicos, que convivem em processo de tensão entre as classes sociais. O presente trabalho visa analisar a formação profissional da/o assistente social na atualidade, através de um estudo aproximativo das realidades do Brasil e Portugal, em tempos de crise do capital.
Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Crise do Capital; Brasil e Portugal.

Abstrac: The Social Service in Brazil and Portugal has its activity focused on meeting the interests of antagonistic social segments, which coexist in a process of tension between social classes. The present work aims at analyzing the professional training of the social worker in the present, through an approximate study of the realities of Brazil and Portugal, in times of capital crisis.

Keywords: Social Service; Professional qualification; Capital Crisis; Brazil and Portugal.

1 Considerações Iniciais

O presente trabalho se propõe a analisar a formação profissional das/os assistentes sociais na contemporaneidade, considerando as diversas frentes que a/o profissional se insere diante das transformações do mundo do trabalho globalizado e cada vez mais precário. O processo de formação da/o profissional nas várias instituições de ensino superior tem sido uma das grandes indagações da pesquisadora, que diante da sua experiência profissional vem se deparando com questões expressivas que acomete essa formação que se encontra progressivamente mais fragilizadas e sucateadas.

O Serviço Social no Brasil e em Portugal tem sua atuação voltada ao atendimento dos interesses de segmentos sociais antagônicos. Dentro desse contexto, a atuação do profissional reproduz interesses contrapostos que convivem em processo de tensão entre as classes, contribuindo para a continuidade contraditória das relações sociais. O/A profissional de Serviço Social dos referidos países atuam nas expressões da “questão social” surgidas

¹ Professor com formação em Serviço Social. Centro Universitário Unihorizontes. E-mail: <suenyathatiane@hotmail.com >.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade de Lisboa. E-mail: <suenyathatiane@hotmail.com >.

neste processo de transformações societárias, ao mesmo tempo em que também sofre os rebatimentos da precarização do trabalho e da formação profissional de forma mais acirrada com a "lógica" da mercantilização da educação superior. Sendo assim, este trabalho visa analisar a formação profissional da/o assistente social na atualidade, através de um estudo aproximativo da realidade do Brasil e Portugal, em tempos de crise do capital. O trabalho fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, visando refletir suas particularidades, singularidades e universalidade entre os dois países.

1.1 Recorte sócio histórico do Serviço Social brasileiro.

As particularidades do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro são impensáveis sem considerar a história recente do país. A trajetória da profissão é um afluente do desenvolvimento histórico da sociedade e do Estado no Brasil na expansão monopolista sob a égide do capital financeiro, impulsionado pelas condições criadas pela ditadura militar e sua crise em 1960-1970. O processo de luta contra a arbitrariedade e em defesa do Estado de Direito se torna visível na cena política na transição para a década de 1980. Este processo determina essencialmente o horizonte dos profissionais de Serviço Social no Brasil exigindo novas respostas para garantir sua própria contemporaneidade, isto é, sua conciliação com a história atual. Nesse período, desencadeou-se um extenso processo de renovação crítica da profissão (PIANA, 2009).

Ainda sofrendo os impactos da ditadura militar e seu projeto de modernização conservadora, os Assistentes Sociais emergem no cenário social, no período de "transição democrática", com um novo perfil acadêmico-profissional. O contingente profissional se expande, e ocorre a integração efetiva do Serviço Social na estrutura universitária, através da formação a ser sujeita aos requisitos de pesquisa e extensão, que também são aprovados nos currículos mínimos aprovados pelo Ministério da Educação em 1982. Cursos de *stricto sensu* de pós-graduação e mestrado e doutorado se expandem a partir de 1972. O Serviço social recebe reconhecimento científico dos organismos oficiais com incentivos para promover a pesquisa, ajudando no processo de consolidação e desenvolvimento acadêmico do Serviço Social no Brasil. O mercado editorial cresce, alimentado pela produção acadêmica (FALEIROS, 2014).

Em primeiro lugar, é preciso mencionar a preeminência incontestável da histórico-crítica que tem como base a tradição marxista que assumiram gradualmente a liderança em performances no debate acadêmico profissionais. A hegemonia progressista que domina o conservadorismo traz uma revisão crítica abrangente das fraquezas do movimento de reconceituação na perspectiva de superá-los. As controvérsias teóricas e políticas foram

estimuladas, formando uma visão essencialmente crítica no Serviço Social Brasileiro. O que se desdobra em uma crítica do próprio "marxismo" presente no movimento de reconceituação da América Latina. Essa crítica foi alimentada pela incorporação de fontes clássicas e contemporâneas do pensamento social à modernidade. Existe um esforço realizado por pesquisadores, na apropriação de diferentes matrizes intelectuais e sociais teóricas e metodológicas. As contribuições de Marx (1980) não foram assumidas evangelicamente, mas como uma fonte inesgotável de sugestões que têm de ser atualizadas através de pesquisa histórica criativa sobre as condições particulares da sociedade atual.

Em segundo lugar, no processo de renovação do Serviço Social sobre novas bases se reconecta com o Estado em suas relações com a sociedade, particularmente com as políticas sociais especiais em Segurança Social apoiadas no tripé: saúde e bem-estar social e movimentos sociais. Uma releitura da história da profissão na história da sociedade é feita através de análises regionais e estudos de caso. Esta passa a ser reconhecida como uma profissão registrada na divisão social e técnica do trabalho, nas suas relações entre os órgãos estaduais e os movimentos da sociedade civil, dotados de uma dimensão política (TINTI, 2015).

A partir da década de 1980 e 1990 houve uma ruptura com o empirismo e o utilitarismo no tratamento da produção teórica, que se propagou fortemente no passado profissional. Registaram-se progressos, também, do ecletismo em lidar com teorias para a busca de uma convivência plural de ideias no mundo profissional, o que não elimina a luta pela hegemonia. As diretrizes para formação profissional do Assistente Social na década de 1990, passa a ter um triplo desafio (IAMAMOTO, 2010, p.76):

a) alcançar, incorporando subsídios acumulados no nível de análise da situação e relações de poder institucional, atribuindo uma atenção mais específica para o desenvolvimento de propostas de trabalho e estratégias de intervenção; b) unir a discussão dos fundamentos teórico-metodológicos - que devem ser aprofundados - à investigação de situações históricas específicas que são objeto de ação profissional; c) coordenar a análise de políticas sociais públicas que condensam estratégias de estados e ações do governo contra as tensões presentes na sociedade civil com o conhecimento de assuntos sociais, ou seja, as condições de vida, trabalho, cultura e as lutas cotidianas das classes subalternas em suas relações com grupos ou segmentos dominantes, todos baseados na história do presente. Essas questões são reabastecidas na agenda contemporânea.

O Código de Ética de 1993 estabelece os direitos e deveres do Assistente Social e valores humanísticos como princípios, diretrizes para o exercício diário. O debate sobre formação profissional é intenso no país. Além disso, outros temas essenciais à formação profissional, embora pouco visíveis nas linhas de pesquisa da pós-graduação, são contemplados nas pesquisas realizadas e o grau de unidades de ensino é o fórum privilegiado. O debate sobre a formação profissional é abrangente e está intimamente relacionada com a

atual "Diretrizes Curriculares". Exprime-se nos seguintes tópicos: Fundamentos do Serviço Social, ensino de pesquisa, ensino de política social, estratégias didático-pedagógicas, atividades complementares de ensino, articulação entre exercício e formação profissional, práticas no espaço acadêmico (prática pré-profissional, estágios), validade da formação profissional, perfil dos alunos graduados e mercado de trabalho, etc. (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2016).

As atuais diretrizes curriculares, propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e endossadas pela representação da área no Ministério da Educação - MEC, assumem como perfil do Licenciado do Serviço Social: O profissional que atua nas expressões da questão social, elaborando e implementando propostas para o seu confronto, através de organizações públicas, empresariais, sociais, da sociedade civil e movimentos sociais; profissional com formação crítica generalista intelectual e cultural, competente em sua área de atuação, com capacidade criativa e proativa de inserção em todas as relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios orientadores do Código de Ética do Assistente Social (TINTI, 2015).

Nesse sentido, as Diretrizes reconhecem a pesquisa como um elemento constitutivo - e não apenas complementar - da formação e da prática profissional. Situações específicas de pesquisa, aliada as macro determinações sociais, é uma condição necessária, tanto para superar o fosso entre o discurso genérico sobre a realidade social e os fenômenos singulares com que o Assistente social enfrenta em seu cotidiano para revelar as possibilidades de ação contida na realidade. Por outro lado, a proposta de formação profissional traz novos desafios à pesquisa, como a integração entre História, Teoria e Método no Serviço Social, entendida como dimensões indissociáveis da configuração da profissão nos diferentes momentos históricos; a leitura da prática profissional como um trabalho especializado no âmbito do trabalho social coletivo, que envolve salários e sofre das mesmas pressões que afetam os trabalhadores como um todo nos tempos atuais; a questão social - em suas expressões particulares - como uma questão de prática profissional e políticas sociais como mediações fundamentais do trabalho do Assistente social; tendo a ética como um princípio governante de todo o treinamento; o redimensionamento de práticas articuladas a estratégias de pesquisa e extensão-pedagógicas e supervisão acadêmica e relações entre o ambiente acadêmico e profissional (IAMAMOTO, 2001, p.88).

Na década de 1990, exatamente em 1995 o documento "Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional" foi elaborado apresentando os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular e, posteriormente, em 1996, o documento intitulado "Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate". O resultado final dessa Proposta foi o documento nomeado de "Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social", para chegar a essa Proposta muitos debates foram realizados com representantes da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social-ABESS, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social -

ENESSO, conjunto Conselho Federal de Serviço Social- CFESS/ Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo- CRESS, pelo Grupo de Consultores de Serviço Social e pela Consultoria Pedagógica que acompanhou o processo, e aprovado em Assembleia Geral da ABESS, realizada no mês de novembro, no Rio de Janeiro, em 1996.

As Diretrizes postuladas direcionam que a estrutura curricular adotada deve “objetivar romper com uma perspectiva curricular formalista, que reduz a apreensão do conhecimento a um conjunto de matérias e disciplinas” (ORTIZ, 2010, p. 202).

Ao abordar os Fundamentos do Serviço Social nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, é preciso entender que este estudo não é epistemológico, “a nossa discussão não é epistemológica, ela tem um conteúdo prático-crítico, porque ela há que se traduzir nos vínculos, nas relações, nas lutas com os conjuntos dos movimentos sociais, das classes, dos segmentos da classe trabalhadora” (BATISTONI, 2017, p.23). A estrutura curricular proposta foi estabelecida em núcleos, como descrito a seguir (ABEPSS, 1996):

1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social.

Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. [...]

O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica a priori ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.

2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.

3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. [...]

Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social. [...]

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais

Porém, quando da aprovação em de abril de 2001 pelo CNE, o MEC não aprovou o documento da comissão na íntegra, fazendo relevantes alterações. De acordo com Iamamoto (2014) as diretrizes sofreram fortes descaracterizações em relação “à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social” (IAMAMOTO, 2014, p. 616). Antes das alterações propostas no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, texto que foi subtraído e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Em relação às competências e habilidades profissionais, é retirado da redação original o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país.

1.2 Recorte sócio histórico do Serviço Social em Portugal

Os organismos internacionais são determinantes nas novas formas de configuração da política de educação, em especial, do ensino superior em todo o mundo. E vão influenciar diretamente o desenvolvimento do Serviço Social em Portugal.

A relação Estado Sociedade sempre fez parte do desenvolvimento do Serviço Social em Portugal. Fazendo uma contextualização histórica da institucionalização do Serviço Social em Portugal, ressalta-se que as primeiras tentativas para a criação de Escolas de Serviço Social em Portugal foram em 1928 no Instituto de Orientação Profissional com o objetivo de instrumentalizar profissionais para desempenhar serviços de justiça de menores, mas foi em 1935 que o Serviço Social institucionalizou a sua formação com a criação da primeira escola de serviço social (BRANCO, 2009a).

Nos anos que antecederam a institucionalização da profissão em Portugal no período que compreende os anos 1930 e 1950 se verifica um movimento que reclamava a necessidade da ação do Serviço Social na sociedade e nas organizações:

Nesta etapa, da institucionalização do Serviço Social, Portugal era um dos países mais pobres da Europa, com taxas de pobreza e de analfabetismo que rondavam os 40 a 50% (Barreto, 2002). O ensino básico e secundário não eram valorizados, assim como o ensino superior, remetido para uma elite. Paralelamente a este déficit de escolarização, as recém criadas ciências sociais e humanas eram concebidas como perigosas e tanto a psicologia, como a sociologia e a antropologia não eram cátedras do ensino superior, em Portugal. A institucionalização do Serviço Social em Portugal decorre do movimento de construção do Serviço Social no mundo. A sua função era remetida para a melhoria das condições de vida, para a moral e controle da atenção aos “pobres”. O pensamento reformista e pragmático considerava que a pobreza já

não se podia atribuir exclusivamente aos indivíduos e a caridade não poderia ser só benevolência. Era necessário transformar a caridade em ciência. (CARVALHO; PINTO, 2014,p.6).

Na década de 1960 houve um avanço do Serviço Social em Portugal voltada mais para cientificidade do que para o empirismo. O campo de atuação sofre uma ampliação com o afastamento da questão religiosidade, da caridade, indo para empresas, instituições e serviços do Estado.

Entre a década de 1960 até 1974 assistimos em Portugal a uma relativa abertura do regime político, com o desenvolvimento industrial e a construção de algumas respostas sociais, assim como com a introdução das ciências sociais no ensino em Portugal. Essas mudanças tiveram um claro impacto no Serviço Social. Nessa década, surgem ideias contrárias ao conservadorismo e ao corporativismo do Estado, e acentuam-se os movimentos políticos contrários ao regime, surgindo igualmente algumas cooperativas culturais. Durante esse período, o Estado preocupava-se em melhorar as condições de saúde e de proteção social. Em 1960, o curso de Serviço Social das escolas foi considerado como curso superior e foi novamente objeto de reconfiguração do plano de estudos. Em 1961, o Serviço Social foi reconhecido como curso superior, mas não universitário (CARVALHO; PINTO, 2015, p.69-70).

Um breve olhar comparativo demonstra que o desenvolvimento do Serviço Social como um campo educacional e profissional tomou caminhos diferentes em diferentes países e é explicado de diferentes maneiras. Não houve um padrão consistente para definir problemas sociais entre os países, nem existe uma definição inequívoca do próprio Serviço Social. Estabelecer o Serviço Social como profissão em um país dependia do contexto local e das perspectivas e pressuposições culturais embutidas no assunto.

A revolução democrática em 1974 possibilitou a criação da Associação de profissionais em 1979 e a reivindicação da licenciatura (bacharelado) em Serviço Social. Este movimento criado com a associação e com as escolas permitiu que em 1989 fosse assumido pelo ministério da educação o grau de licenciado em Serviço Social.

A mudança social e política permitiu à profissão consolidar o estatuto profissional através da criação de associações profissionais, carreiras, definição de conteúdos funcionais, reconhecimento e valorização da formação acadêmica, assim como a reconfiguração dos diplomas para o grau de licenciatura em 1989 e o acesso a outras formações pós-graduadas, como mestrados e doutoramentos. (CARVALHO; PINTO, 2014, p.14).

Um marco na inserção do Serviço Social em Portugal foi a inserção do país na Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1986, atualmente União Europeia, essa entrada trouxe muitas implicações para a profissão:

É nesta década que o ISSSL realiza convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Brasil, para a realização do mestrado e doutoramento de professores e assistentes sociais portugueses. Essa parceria contribui com o processo de divulgação da vertente crítica do Serviço Social, de inspiração marxista, iniciado na década de 1960/70, com a presença de alguns professores brasileiros, tais como Carmelita Yazbek e José Paulo Netto. Esse processo contribui com o fortalecimento da leitura de produções de autores brasileiros, dentre eles, Marilda Vilela Yamamoto e Vicente de Paula Faleiros. Apesar disso, ganha força a influência anglo-saxônica, com a onda neoliberal que assola a Europa e a crise do capital intensificada na primeira década do século 21. A década de 1980 traz grandes conquistas em torno da formação, tais como a passagem do currículo da licenciatura de quatro para cinco anos e o reconhecimento, em 1989, do grau acadêmico da licenciatura em Serviço Social pelo Ministério da Educação de Portugal. (SANTOS; MARTINS, 2016, p.327).

Ressalta-se que após 1989 houve o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em Portugal o que representou um grande passo para o desenvolvimento da profissão no país, com a defesa de mais teses e artigos (CARVALHO; PINTO, 2014). Contudo esta expansão teve início em 1986/87.

Outro marco importante na reforma do ensino superior na Europa e está alinhado às orientações do Banco Mundial e da Unesco no que se refere à constatação de que a globalização econômica e a sociedade da informação indicam um conjunto de reordenamento do mercado de trabalho, buscando uma formação e qualificação dos trabalhadores, foi o Processo de Bolonha (PB), considerado a maior operação de harmonização das formações, dos certificados e das qualificações testemunhadas no contexto europeu. Com uma política educacional supranacional, tal processo revolucionou o ensino superior europeu, sendo possível reconhecê-lo como formalização da proposta de criação do Espaço Europeu do Ensino Superior. Seu objetivo era promover a integração e a identidade europeia, além de aumentar a competitividade em relação aos Estados Unidos e ao Japão, por meio da educação (COELHO, 2018).

A direção neoliberal do ensino superior que orienta e impulsiona as políticas da EU transformou a educação em mercadoria. As autoras apontam que, desde o processo de democratização e término da ditadura, o ensino superior em Portugal passou por profundas transformações, principalmente após a adesão do país à CEE em 1986, cujos índices em todos os níveis de escolaridade deveriam convergir para a Europa. O aumento de diplomados é extremamente significativo, passando de 19 mil em 1991 para 84 mil diplomados em 2008. Portugal possui particularidades em relação ao ensino superior, pois seu sistema binário integra universidades e institutos politécnicos. Segundo a DGES – Diretoria Geral do Ensino Superior.

O **ensino universitário** é orientado por uma perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber e visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento

das capacidades de concessão, inovação e análise crítica. O **ensino politécnico** é orientado por uma perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos e visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais (DGES, 2019)³.

O ensino universitário em Portugal engloba as universidades, os institutos universitários e outros estabelecimentos de ensino universitário. O ensino superior politécnico compreende os institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino politécnico. Tanto o ensino universitário como o politécnico podem ser oferecidas em instituições públicas e privadas (na qual se inclui a Universidade Católica Portuguesa). Após as adequações ao PB, o ensino superior confere grau em 3 ciclos: 1º. Ciclo, correspondente à graduação no Brasil, o 2º. Ciclo, o mestrado e o 3º. Ciclo correspondente ao doutorado.

Dessa forma, os ciclos correspondem:

1. Grau de Licenciado - cursos de 1º ciclo do ensino superior, com duração de três anos.
2. Grau de Mestre - cursos de 2º ciclo do ensino superior, normalmente com a duração de dois anos, realizados depois da conclusão de um curso de 1º ciclo. Para a obtenção do grau de mestre, são necessários de 90 a 120 créditos e uma duração normal compreendida entre três e quatro semestres curriculares.
3. Grau de Doutor - estudos de 3º ciclo do ensino superior, depois da obtenção do grau de mestre. Este título só é conferido no ensino universitário, diferentemente dos outros dois(DGES, 2019)⁴.

Na análise dos Planos de Estudos (currículo de cada curso) dos cursos de Serviço Social do 1º. Ciclo em Portugal, após adequação ao Processo de Bolonha, Duarte (2009) constatou que o debate referente à adequação centrou-se na duração dos cursos, bem como na construção de um perfil profissional que atendesse as novas demandas do mercado de trabalho do assistente social, frente ao momento de crise da Europa e do país.

2 Considerações Finais

Sobre as características do Serviço Social brasileiro e português, observa-se que ambos vem passando por sérias transformações advindas do sistema capitalista e do neoliberalismo econômico que opera nos dois países. A expansão das universidades trouxe o problema da falta de emprego, precarização dos espaços sócio-ocupacionais e sucateamento da profissão.

Em uma visão crítica, acredita-se que as novas metodologias de aprendizagem ainda precisam evoluir muito para que a formação dada nas universidades realmente reflita com as

³ Disponível em <https://www.dges.gov.pt/pt>. Acessado em 08/03/2019.

⁴ Disponível em <https://www.dges.gov.pt/pt>. Acessado em 08/03/2019.

demandas da sociedade. A expansão dos cursos universitários dessa forma não resultou em uma ampliação da área de atuação do profissional de Serviço Social. Dessa forma, acredita-se que o Serviço Social ainda na atualidade precisa de desprender dos modelos tradicionalistas, e buscar novas formas de atuação.

É fundamental melhorar as qualificações dos profissionais e dos agentes acadêmicos de formação, bem como o desenvolvimento de uma cultura profissional de associação, fundada na confiança recíproca e na colaboração solidária (Carmo e Ponto, 2011). De maneira a poder vingar como área do conhecimento e como profissão nos tempos futuros, o Serviço Social vai necessitar de viver em autenticidade, isto é, assumir, perante si próprio, os seus valores, saberes e práticas, de uma forma reflexiva e integrada. Estes são alguns dos desafios que o Serviço Social em Portugal terá de enfrentar nos anos vindouros (CARVALHO; PINTO, 2014, p.22).

Como é possível observar o atual debate da formação da/o Assistente Social, a educação ser tratada como uma mercadoria, com a falsa defesa de uma educação para todos. No contexto europeu e brasileiro, a profissão é confrontada com a desregulamentação, com a privatização dos serviços do Estado, atingindo os direitos sociais, conseqüentemente, impactando os espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais e a formação profissional. (ORTIZ *et al*, 2015, p.3).

A adequação à Bolonha massificou a formação profissional que passa, então, a pautar-se por uma lógica mercantil, sem atender a critérios mínimos como: formação sólida em Serviço Social e Ciências Sociais, investigação com disciplina específica, estágio supervisionado, e com professores qualificados em Serviço Social. No Brasil, a formação crítica é adotada nas instituições dentro de um cenário que espelha a mercantilização e sucateamento dentro do ensino superior, destacando o ensino à distância. Essa precarização em tempos atuais rebate diretamente na formação da/o assistente social, descaracterizando uma formação crítica e qualificada dando espaço para o “aligeiramento” da formação, que é realizada de forma precária e sem o compromisso com um projeto profissional que visa uma transformação coletiva em defesa da classe trabalhadora e que dê respostas às demandas advindas do capitalismo.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **As Diretrizes Curriculares e o projeto de Formação Profissional do Serviço Social**. Brasília, 1996.

ALMEIDA, S.T.S; OLIVEIRA. C.A.H.S; **O estágio supervisionado como elemento fundamental para a formação profissional do assistente social.** Curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Franca/SP. 2016.

BRANCO, F. **A profissão de Assistente Social em Portugal.** Revista Locus Soci@l, n. 3, p. 61-89, 2009a.

CARVALHO, M.I e PINTO, C. **Serviço social em Portugal:** uma visão crítica. Lisboa: Factor. 2014.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social.** Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília, 2012.

COELHO, Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira. **A formação profissional em serviço social no Brasil e em Portugal:** encontros e desencontros. 2018. 370 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

DGES, 2019 - Disponível em: <http://www.dges.gov.pt/guias/indcurso.asp?curso=9238>. Acesso em 10/01/2019.

DUARTE, T. **Formação de primeiro ciclo em Serviço Social após adequação ao processo de Bolonha em Portugal.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2014, n.120, pp.706-722. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.006>.

IAMAMOTO, M. V. **Servicio Social y División del Trabajo.** 2ª ed, São Paulo, Cortez, 2001.

_____. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional:** 2010.

MARX, K. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política.** (Grundrisse). 1857-1858. Vol. II. Mexico, Siglo XXI, 11ª ed , 1980, p. 586.

ORTIZ, FSC, CARRARA, VA, XAVIER, MO; TOMÉ. Internacionalização do serviço social: diálogos entre Brasil, Portugal e Espanha. **XVI ENPESS.** 2015.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>.

SANTOS, C.M; MARTINS, AMC. **A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão.** R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 324-332, out./dez. 2016.

TINTI, ÉC. **Formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional.**
In: Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 7596. ISBN 978-85-7983-655-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.